

MICROTERRITÓRIOS E SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

ANGELO SERPA

Universidade Federal da Bahia

angeloserpa@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo são discutidas as relações entre microterritorialidades urbanas e as estratégias de apropriação socioespacial do espaço público na cidade contemporânea, com o intuito de explicitar os conteúdos simbólicos e de cunho segregacionista que se manifestam através da constituição de territórios plásticos e móveis dos diferentes grupos sociais, classes e frações de classe. Essas questões são analisadas a partir de exemplos concretos em Paris e Salvador, que revelam os efeitos de classe (segmentação) e de massa (transversalidade) nos processos de apropriação de praias e parques em um contexto urbano/metropolitano. A operacionalização dos conceitos de território e espaço público na análise dos exemplos apresentados mostra, por outro lado, que as barreiras/os limites que se estabelecem entre os diferentes territórios resultam de uma dialética entre capital cultural e econômico que vai condicionar processos de segmentação/segregação no espaço público da cidade contemporânea, desvendando “identidades” baseadas nos modos de consumo do/no espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Microterritórios. Segregação. Espaço público. Cidade contemporânea.

MICRO TERRITORIES AND SEGREGATION IN PUBLIC SPACE OF CONTEMPORARY
CITY

ABSTRACT

This article discusses the relations between urban micro territories and the strategies of socio-spatial appropriation of public space in contemporary city, seeking to explain the symbolic contents of segregationist type manifested through the establishment of plastic and mobile territories of different social groups, classes and class fractions. These issues are analyzed from concrete examples in Paris and Salvador that will spell out the effects of class (segmentation) and mass (cross-cutting) in the processes of appropriation of beaches and parks in an urban/metropolitan context. On the other hand, the operationalization of territory and public space concepts in the analysis of the presented examples shows that the barriers/limits that are established among the different territories are the result of a dialectic between cultural and economic capital that will condition segmentation/segregation processes in public space of contemporary city revealing "identities" based on modes of consumption of/in space.

KEYWORDS: Micro territories. Segregation. Public space. Contemporary city.

INTRODUÇÃO

O tema “microterritorialidades nas cidades” remete à ideia de escala e à necessidade da escolha dos espaços de conceituação (ou recortes) para sua análise. Em geral, a territorialidade é uma noção estreitamente vinculada ao conceito de território, com larga tradição de aplicação no âmbito da Geografia. Exprime a atuação/existência de uma autoridade, legítima ou não, sobre um substrato espacial determinado (LÉVI; LUSSAUT, 2003, p. 919).

A territorialidade consolida, portanto, um controle político sobre o espaço, mas abarca outras dimensões, exprimindo-se também através de valores culturais e sociais, identitários e simbólicos, identidades essas que apresentam diferentes facetas: existencial (geograficidade), psicológica, sociocultural e mesmo poética (LÉVI; LUSSAUT, 2003, p. 919).

As microterritorialidades que se manifestam no espaço público da cidade contemporânea, analisadas neste artigo, mostram a existência de territórios

plásticos e móveis, que exprimem táticas segregacionistas de controle espacial, a partir de uma dialética entre conteúdos culturais e econômicos. A segregação revela-se de modos distintos, e aqui buscamos ressaltar os conteúdos de cunho simbólico relacionados à explicitação de diferenças, transformadas em práticas de distinção de grupos, classes e frações de classe, nos processos de apropriação do espaço público que ocorrem hoje nas cidades.

Destacamos a importância da análise dos aspectos simbólicos das práticas coetâneas de apropriação/territorialização no espaço público da cidade, já que nada é mais “falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas: na verdade elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção” (BOURDIEU, 2003, p. 17).

TERRITÓRIO E SEGREGAÇÃO, TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA SEGREGACIONISTA

Tradicionalmente, na Geografia, o conceito de território – assim como o de espaço público, nas ciências humanas e sociais – tem uma acepção política. Na história da produção do conhecimento geográfico, o conceito, antes ligado à ideia de Estado-Nação, foi abarcando outros recortes e, aos poucos, também outras dimensões. Hoje, não é mais totalmente correto afirmar que o conceito de território é operacionalizado em análises espaciais de cunho político, por ser ele utilizado para praticamente tudo: também para revelar dimensões culturais, sociais e econômicas nos processos de produção do espaço.

Lembramos, com Souza (2009), que “o que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (SOUZA, 2009, p. 59). A grande contradição, na atualidade, é que o conceito de território é cada vez mais utilizado em face de um espaço e de uma sociedade cada vez menos politizados, uma sociedade que faz cada vez menos política. E isso nos parece sintomático, já que o conceito de território vai perdendo nesse contexto sua força explicativa, ao ter o

foco de sua operacionalização desviado para outras dimensões, enfraquecendo-se também como conceito.

Se o espaço público é essencialmente político, um espaço de encontro de diferentes, e os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais em conflito, juntos, mas separados por limites e barreiras simbólicas, então, um parque público em Paris, por exemplo, é só aparentemente acessível a todos, aparentemente democrático e “cidadão”. Todo mundo parece estar ali com todo mundo, porém, de fato, estão todos ali, mas com seus limites e barreiras muito bem demarcados, uns em relação aos outros. Ler esses limites e barreiras, em um final de semana ensolarado, num gramado do Parque de La Villette ou dos Parques de Bercy e André Citroën – analisados por mim em um pós-doutorado realizado na França – é uma aula muito elucidativa sobre como o território representa hoje exatamente o contrário da ideia de espaço público.

Se for certo que “público” significa somente acessibilidade física irrestrita, todo mundo junto e sendo visível a todos, se isso é o espaço público, então é preciso reconhecer que ele está completamente esvaziado de sua dimensão política. E, estranhamente – ou talvez nem tão estranhamente assim –, fala-se muito de território justo no momento em que o espaço público se esvazia de sua dimensão política e se torna um espaço de justaposição de diferentes territórios, todos juntos, mas, de fato, separados.

Se observarmos os espaços públicos urbanos no período contemporâneo, estamos inclinados a concordar com Hannah Arendt, para quem a sociedade exclui a possibilidade da ação e espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, impondo regras para normalizar o “convívio social”, abolindo a ação espontânea e a reação inusitada (SERPA, 2008a). A sociedade equaliza, e a vitória da igualdade no mundo moderno representa o reconhecimento jurídico e político do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública. A ascendência de uma “esfera social”, que não é nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincide com o surgimento da era moderna, que encontrou sua forma política no Estado-Nação. Assim, a “economia nacional”

substitui a “política”, indicando o surgimento de uma administração doméstica coletiva com nome de “governo” (ARENDR, 2000).

Temos que admitir também que a erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destruiu o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo (SENNET, 1998). Caminhamos para a consagração do individualismo e da segregação do diferente como modos de vida ideais, em detrimento de um coletivo, cada vez mais decadente. Para que os conflitos sejam minimizados e para que se preserve uma certa “soberania” sob condições de proximidade física, fazemos questão de manter alguma distância psicológica, mesmo nas relações mais íntimas.

Ou seja, os territórios que se estabelecem no espaço público, e que vão marcar diferenças/desigualdades relativas aos modos de consumo e estilos de vida dos diferentes grupos e classes, têm expressão material, ainda que de modo efêmero e ainda que se trate também de uma “projeção espacial de relações de poder” (SOUZA, 2009). No entanto, essas relações de poder não caracterizam uma atuação política dos grupos e classes sociais no espaço público da cidade contemporânea: revelam, ao contrário, processos de segregação baseados em limites/barreiras que vão impor uma incipiente, ou mesmo nula, interação social e espacial entre os agentes que se apropriam do espaço urbano.

SEGREGAÇÃO VERSUS ESPAÇO PÚBLICO: SEGMENTAÇÃO VERSUS TRANSVERSALIDADE

FIGURA 1: GRAMADO DO PARQUE DE LA VILLETTE



Fonte: Angelo Serpa.

Façamos uma breve digressão, diante de uma fotografia tirada por mim nos trabalhos de campo realizados entre os anos de 2002 e 2003. Estamos em Paris, em um gramado em frente ao Museu da Ciência e da Indústria, no Parque de La Villette, localizado no 19º distrito. É primavera, o céu é a um só tempo azul e acinzentado, praticamente sem nuvens, típico da estação. Parte de uma *folie*, a fachada do museu, um caminho coberto por uma estrutura ondulada, um gramado, uma esplanada acimentada e o logotipo da Daewoo – sobre um prédio encoberto pelos objetos descritos – revelam-se na fotografia. Faz frio, e isso se deduz pelas roupas que portam os usuários do parque, cujo perfil é heterogêneo: pessoas sozinhas ou em grupos, em pé, deitadas ou sentadas no gramado, ciclistas, mães e pais

passeando bebês em carrinhos, um segurança em pé (de uniforme), ao lado de um automóvel, na esplanada acimentada atrás do gramado, onde também se veem pessoas andando ou sentadas em bancos, sozinhas ou em grupos (SERPA, 2008b).

Mudemos contexto e cenário para o Brasil, mais especificamente para Salvador. Tidas como expressão do “sonho tropical da democracia”, as praias no Brasil revelam, de modo geral, a apropriação seletiva e diferencial dos espaços das grandes cidades. Em Salvador, as praias do Porto e do Farol da Barra, aquelas de localização mais central, submetem-se também a “leis territoriais” específicas. Nada é exatamente pré-fixado, mas a apropriação diferenciada possui dimensões espaço-temporais que funcionam, como por exemplo, no Porto da Barra, mais ou menos assim: das 4h30 às 8 horas da manhã, é a vez do pessoal do cooper. Das 8 às 13 horas, o espaço da praia é apropriado por aqueles que estudam ou trabalham em turnos. A partir das 13 horas, há uma mistura de turistas e desobrigados de ir ao emprego, além dos aposentados (Jornal A Tarde, 10/01/1999).

Essa descrição é adequada para os dias úteis, mas, nos finais de semana, a situação assume novos e diferenciados contornos, com a chegada de centenas de banhistas procedentes dos vários bairros populares da cidade. Os moradores das redondezas, usuários habituais do Porto, classificam o fenômeno como “invasão de bárbaros” e estranham os hábitos dos “invasores”, que trazem comida e bebidas de casa, chegam de ônibus e em grupos “extrovertidos e barulhentos”. A situação é a mesma para a praia do Farol da Barra, podendo-se afirmar que as praias, nos finais de semana, são espaços apropriados por classes sociais distintas, enquanto nos dias úteis são redutos dos moradores das proximidades, e no caso da Barra, os de classe média e com perfil mais homogêneo, no tocante à formação escolar e à renda.

Os dois exemplos mostram haver similaridades, em termos de apropriação socioespacial, entre duas praias localizadas na área central da metrópole soteropolitana e os grandes gramados dos parques parisienses, os quais, nos belos dias de primavera e verão, adquirem ares de “praia” para seus usuários. As amplas áreas gramadas transformam-se em teatro de uma vida privada que se desnuda ao olhar de todos. O espaço público é transmutado em espaço doméstico. O parque

urbano – como a praia urbana – é um espaço aberto ao público, acessível a todos e colocado à disposição dos usuários, no entanto, todas essas características não são o bastante para defini-lo como espaço público (SERPA, 2007).

Os exemplos mostram também que os objetos socioculturais podem originar dois efeitos em termos de apropriação: efeitos de classe (segmentação) e efeitos de massa (transversalidade). A questão fundamental é saber em que contextos a segmentação e a transversalidade atuam com mais intensidade, produzindo ou destruindo “identidades” e “estilos de vida”. Os espaços da cultura de massa são “campos transversais”, ao mesmo tempo geradores e destruidores de “identidades” e “estilos de vida”. Se a cultura de massa e suas subculturas – “do automóvel”, “da praia”, “do futebol”, “dos supermercados e *shopping centers*”, “dos condomínios fechados”, “dos parques e das áreas verdes” etc. – são tidas como estandardizadas, geralmente descritas como rudimentares, conformistas e alienantes, elas são também, por outro lado, estruturas transversais de organização, originando “efeitos de massa” característicos (BALLION; AMAR; GRANDJEAN, 1983). Diferenças de classe e mesmo diferenças individuais podem ser minimizadas ou até ocultadas por esses “modos de ser” dominantes.

Mas, o que de fato prevalece nos espaços públicos, sejam eles parques ou praias, em Paris ou Salvador, são os efeitos de segmentação, em detrimento dos efeitos de transversalidade, constituindo territórios justapostos que caracterizam uma incipiente, ou mesmo inexistente, interação entre os diferentes grupos/classes/frações de classe, e onde se evita, quase como uma regra, o contato com o “outro”, com o diferente. A segmentação/segregação pode se dar em termos temporais – apropriação diferenciada do espaço de acordo com uma lógica temporal –, em termos espaciais – justaposição de territórios no espaço público de modo sincrônico/simultâneo – ou ainda, simultaneamente, em termos temporais e espaciais. A transversalidade, por outro lado, se impõe sob a forma de estilos de vida e comportamentos normatizados/estandardizados, que também impossibilitam as interações espaciais e a manifestação da diferença nos espaços públicos da cidade contemporânea.

SEGREGAÇÃO COMO FUNDAMENTO DE PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

Verifica-se, portanto, que a apropriação do espaço público na cidade contemporânea é condicionada por representações segregacionistas, que vão mediar processos de territorialização de grupos sociais – classes e frações de classe –, a partir de uma dialética entre capital cultural e capital econômico.

Nos “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos ao redor do mundo, as práticas espaciais inscrevem-se na “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes, “invisíveis”. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, dividido entre os diferentes grupos e agentes. A acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos – e utilizados – como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos.

Os usuários contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa – e, muitas vezes, “espetacular”. Na cidade contemporânea, toda cultura da exposição pública é também uma cultura do desengajamento, pois o espaço público “neutraliza-se” a partir de seu interior, por meio da percepção simultânea e constante das diferenças (JOSEPH, 1998). Nesses processos, as diferenças traduzem-se em táticas “exclusivistas” de territorialização e segregação.

Podemos falar aqui de “fronteiras culturais”, baseadas em visões de mundo e estilos de vida diferenciados? Se pensarmos as fronteiras como “espaços de interação” entre territórios distintos, como “entre-lugares”, então certamente a resposta é não, já que é quase nula, ou mesmo inexistente, a interação desses grupos territorializados no espaço público. Tal acepção só se justifica a partir da redução da noção de fronteira à ideia de separação – de segregação –, mas a fronteira é também comunicação e interação (ALMEIDA, 2012). Nesses termos, seria

mais apropriado afirmar aqui a existência de limites – ou barreiras –, de linhas simbólicas que separam/segregam os diferentes grupos sociais no espaço público da cidade contemporânea, caracterizando territórios simbólicos com expressão material e concreta no espaço urbano.

A noção de limite, em Geografia, indica uma espécie de agenciamento que põe em contato dois espaços justapostos e que pode permitir o surgimento de uma interface. Tal definição relaciona esse conceito ao de interação espacial, a interação nula – ou quase nula, resultante da ausência ou da inexpressividade de interações espaciais –, representando um caso particular de relação. Como lembram Lévy e Lussault (2003), os limites constituem-se em “objetos geográficos” plenos, que se apresentam no espaço com diferentes conteúdos e estilos. Acrescentemos que os limites colocam em evidência continuidades e descontinuidades manifestas nos processos de produção e reprodução do/no espaço.

Por outro lado, a fronteira é ela mesma um espaço – uma faixa – e “tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais, conforme se pertence ou não a um território” (ALMEIDA, 2012, p. 149). Trata-se, mesmo assim, nos exemplos apresentados, de uma segregação de cunho simbólico que vai se tornar praticamente sinônimo de uma territorialização baseada em processos de “apropriação simbólico-expressiva do espaço”, o qual se torna portador de “significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2012, p. 150). Esses territórios, condição e reflexo de processos de segregação de cunho simbólico e material, são em geral efêmeros e móveis, manifestam-se em diferentes escalas e recortes e podem ser lidos efetivamente nos espaços públicos urbanos, colocando em xeque, inclusive, a noção mesma de espaço público como espaço de mediações, lugar por excelência do uso da “razão como emancipação” (HABERMAS, 1984) ou como “espaço da ação política” (ARENDR, 2000).

Esses territórios indicam também estratégias de autosegregação no espaço público, como demonstra um estudo publicado em Paris, em 1993, de autoria de Ahmed Merghoub, que apresenta uma análise das 21 entrevistas qualitativas realizadas com imigrantes estrangeiros residentes nas proximidades de La Villette.

O parque foi, como já mencionado aqui, um dos estudos de caso da pesquisa de pós-doutorado, que desenvolvi em 2002-2003 na Universidade de Paris IV, sob a supervisão de Paul Claval.

Inaugurado no início dos anos 1990, La Villette tirou do anonimato o autor do projeto, o arquiteto Bernard Tschumi. Baseado no desconstrutivismo, Tschumi quis indicar uma nova direção para o “parque do século XXI”: imensos gramados, pavilhões vermelhos de formas inusitadas (as *Folies*) e jardins temáticos vistos como “quadros de cinema” o compõem, transformando-o no “maior edifício descontínuo do mundo”, assim entendido pelo seu criador (SERPA, 2007). Para Tschumi, um parque idealizado para o século XXI, em lugar de querer imitar a natureza, deve tornar-se palco para a manifestação da cultura. Sob essa concepção, dotou-o de grandes equipamentos culturais, como a Cidade da Música – um complexo musical, que abriga um conservatório, salas de exposições e de concertos, auditórios e apartamentos para músicos –, o Zenith – grande teatro para concertos de música população – e a Cidade da Ciência – Museu da Ciência e da Indústria –, além do Cabaré Selvagem, da Géode – um cinema para exibição de filmes em três dimensões – e de dois teatros, o Internacional de Língua Francesa e o Paris-Villette (SERPA, 2007).

Exposições, espetáculos de circo, peças de teatro, festivais de cinema, concertos de *jazz*, de música clássica e de música *pop* – muitas vezes com entrada gratuita – fazem parte do cotidiano de La Villette. O público é jovem e diversificado, mas 60% de seus consumidores de “cultura” têm diploma de curso superior ou estão cursando a universidade. Além de ser um polo de atração natural para os habitantes dos bairros e municípios próximos – de perfil nitidamente operário e popular, com forte presença de imigrantes estrangeiros –, tornou-se também uma referência cultural obrigatória para o restante da cidade (SERPA, 2007).

Merghoub (1993) entrevistou imigrantes estrangeiros de diferentes nacionalidades, para investigar os usos que faziam das instalações existentes em La Villette. De modo geral, constatou que muitos não usavam os equipamentos culturais do parque e, em casos mais extremos, alguns desconheciam a existência

de sua intensa programação cultural de *shows*, espetáculos de teatro, dança e circo, concertos de música clássica e mostras de filmes, enquanto outros, ainda, nunca haviam sequer estado no interior de suas diversas edificações, incluindo museus e teatros.

Um jovem da Tunísia, eletricista de 25 anos, habitante do 19º distrito de Paris e residente na França desde 1981, quando entrevistado por Merghoub, afirma, por exemplo, que entrou uma única vez na Grande Halle – pavilhão destinado a concertos, peças e exposições –, onde, todavia, não se sentiu à vontade. Prefere jogar bola com os amigos das proximidades nos gramados do parque, aonde vai com frequência para “esquecer um pouco a cidade, a sujeira do metrô, o cansaço do trabalho exaustivo”. O entrevistado confessa que tem curiosidade de conhecer os equipamentos e a oferta cultural disponíveis em La Villette, mas “há alguma coisa que o impede de fazê-lo”. Para ele, o que conta no parque são os gramados e os amigos que ele encontra para o futebol, encontros esses sempre agendados, nunca casuais.

A não casualidade dos encontros que se dão no parque também é algo recorrente nas respostas dos entrevistados por Merghoub, quando indagados se consideravam La Villette um local de interação e sociabilidade. Ou seja: quem vai ao parque encontrar pessoas, o faz para encontrar amigos e conhecidos, sendo difícil a interação com outros grupos e indivíduos, nos usos que fazem do parque.

UM ESPAÇO NÃO PARTILHADO

A coespacialidade é uma noção geográfica que, segundo Levy e Lussault (2003), pertence à família das noções que exprimem “relações entre espaços” – interespaçialidades. A segregação exprime, por outro lado, uma fraca, ou ausente, coespacialidade: mesmo em um mundo globalizado, no qual tudo parece interagir cada vez mais com tudo, de modo mais ou menos direto,

[...] a não interação dos múltiplos agentes que intervêm em um espaço aparentemente comum, mas não partilhado realmente, é moeda corrente, em razão das desigualdades sociais, das barreiras culturais ou das separações de ordem funcional, e isso, em todas as

escalas, do local ao mundial (LÉVI; LUSSAULT, 2003, p. 214, tradução minha).

As barreiras culturais e econômicas resultam de uma dialética entre capital cultural e econômico que condiciona processos de segmentação/segregação no espaço público da cidade contemporânea, revelando “identidades” baseadas nos modos de consumo do/no espaço: “identidades” em geral esvaziadas de qualquer sentido de política, que vão, por outro lado, colocar em evidência também uma segregação de cunho material e imaterial/simbólico, ocultada pela ilusão de um espaço comum e acessível – em pé de igualdade – a todos.

A segregação no espaço público da cidade contemporânea acaba por revelar finalmente, segundo Baudrillard (1995), um período histórico de “mobilização consumatória”, período no qual é possível observar que as necessidades não são mais articuladas em função dos desejos ou das exigências particulares dos indivíduos e grupos – classes e frações de classe –, mas encontram sua coerência em um “sistema generalizado que é para o desejo aquilo que o sistema do valor de troca é para o trabalho concreto: fonte de valor” (BAUDRILLARD, 1995, p. 135).

A mobilização consumatória de que fala Baudrillard mostra também como a estrutura das “relações econômicas pode, ao determinar as condições e posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irreduzível à lógica das relações econômicas” (BOURDIEU, 2003, p. 25).

Despolitizado e segregado, o que chamamos hoje de espaço público é também objeto de consumo e expressão de modismos, espaço do lazer e da diversão de indivíduos, grupos/classes e frações de classe que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista.

Os exemplos analisados neste artigo demonstram que sob essas condições não há também, no espaço urbano contemporâneo, a possibilidade de realização da esfera pública, enquanto âmbito da ação política e do “agir comunicacional”, nem é ele continente de realização para essa esfera. O espaço público como encontro de diferentes em condições de igualdade caracteriza-se, em última instância, como

utopia, que aponta para um horizonte mais largo, para além das estratégias segregacionistas que se revelam através de microterritórios expostos à visibilidade completa e espetacular, em espaços do lazer e do entretenimento de massa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil. In: BARTHE-DELOISY, Francine; SERPA, Angelo (Org.). *Visões do Brasil – Estudos culturais em geografia*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 145-166.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BALLION, Robert; AMAR, Laure; GRANDJEAN, Alain. *Le Parc de la Villette – Un espace public à inventer*. Paris: Laboratoire d'Économétrie de l'École Polytechnique/CNRS, 1983.

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Edições 70, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JOSEPH, Isaac. *La Ville sans Qualités*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1998.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la Géographie et de l'Espace des Sociétés*. Paris: Belin, 2003.

MERGHOUB, Ahmed. *Le Parc de La Villette est-il facteur d'intégration des populations étrangères de proximité?* Paris: Parc et Grand Halle de La Villette, outubro 1993.

PORTO tem público fiel e diversificado. *Jornal A Tarde, Local*, p. 10, 10/01/1999.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SERPA, Angelo. Espaço Público no Mundo Contemporâneo: Locus da Pluralidade Humana?. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008a, v. 2. p. 405-415.

SERPA, Angelo. Leitura e análise de imagens como ferramenta metodológica nos estudos urbanos: um exercício instigante. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, v. 7, p. 15-19, 2008b.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo e Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

Enviado em: 25/03/2013

Aceito em: 17/08/2013